

UM ANTIGO DEBATE (A DIVISÃO E A UNIDADE DA GEOGRAFIA) AINDA ATUAL?

Dirce Maria Antunes Suertegaray¹

O tema que nos solicitaram abordar em caráter de ensaio é tão antigo quanto a própria geografia e tão atual quanto sua necessidade de reflexão. Trata-se de refletir sobre os fenômenos geográficos de forma a contribuir para sua visão não compartimentada entre as duas dimensões presentes na construção destes mesmos fenômenos: a natureza e a sociedade.

Muito já se escreveu para informar que a ciência e a filosofia desde o Renascimento acalentaram um debate cuja intenção dizia respeito à necessidade da época, qual seja desconstruir a visão orgânica de mundo, predominante nesse momento. Esta apresentava na sua cosmovisão uma construção onde espaço e tempo eram indissociáveis. Os ritmos da natureza se articulavam aos ritmos da produção da vida. Esta visão gradativamente deixa de interessar, considerando-se que um mundo em transformação exigia que a natureza fosse pensada em separado da natureza humana e onde o homem fosse pensado como um ser central catalisador dos benefícios provenientes daquela.

Desta necessidade material, na perspectiva de ampliar o processo de produção e descoberta de novos mundos, emerge uma construção, aquela que fundamenta a construção científica desde então, ou seja, a separação da natureza do homem e do próprio homem em corpo/natureza alma/divindade desde Descartes.

Tratava-se do ponto de vista filosófico e científico de dividir para dominar. Dividir, analisar para explicar fenômenos e ou processos e na continuidade intervir, explorando ou manipulando.

Não é preciso dizer que esta construção alicerçou nossa forma de pensar o mundo e de construir conhecimento e resultou num outro momento, quando do advento da revolução Industrial (séc.

¹ Professora do departamento de Geografia - UFRGS.

XVIII), numa construção científica que efetiva esta forma de pensar. Estamos nos referindo, aqui, ao positivismo. Este contribuiu com a fragmentação/compartimentação do conhecimento desde o momento em que propôs uma classificação científica e indicou a necessidade de cada ciência definir seu objeto de estudo ou o fenômeno natural ou social de seu interesse.

Diante desta realidade desde o século XVIII/XIX, pelo menos, deparam-se os geógrafos com questões, aparentemente banais, mas com certeza relevantes, em particular, nesse momento histórico. Uma dessas questões diz respeito à compreensão geográfica ou ao entendimento de seu campo de estudo.

Contrariando, em nosso entendimento, a doutrina científica que gradativamente tornava-se hegemônica, a Geografia coloca-se, desde sua origem, e em particular no momento de sua autonomia (séc. XIX), como uma ciência de interação entre natureza e sociedade.

Observa-se que quando da autonomia da Geografia, duas ciências se colocaram para o conjunto científico, como ciências de conexão. A Geografia, historicamente, postulante desta perspectiva e a nascente Ecologia. Nenhuma delas teve seu espaço plenamente assegurado nesse momento.

A ecologia para Dollfus (1982), particularmente na França, só ganha espaço nos anos 60/70 do século XX. Para este autor o conceito de ecologia formulado por Haeckel em 1866 permanece o mesmo. Ao considerar-se a ciência do estudo das relações entre os seres vivos e o meio, a ecologia se pensa unitária e global. Entretanto, indica, esse autor, que esta ao não dispor de uma teoria e de um forte paradigma, torna-se um conhecimento eclético. Acrescentando que a utilização da teoria dos sistemas parece fornecer à ecologia os instrumentos conceituais necessários.

A Geografia manteve-se a partir de sua própria divisão. Na prática ela se construiu a partir daí, dividida em Geografia Física e Geografia Humana. Esta divisão não teria sido para dominar?! Aparentemente, teria sido para permanecer no contexto.

Na segunda metade do século XX aproxima-se, em particular a Geografia Física, da lógica globalizante a partir da construção do conceito de geossistema. Conceito, originariamente, construído pelos russos (Sotchava 1977) e, na França por Bertrand (1972). Embora tenha sistematizado esse conceito e proposto uma Geografia Física unitária e o próprio Bertrand (1982) que afirma “a geografia física

não existe enquanto corpo científico constituído”. Afirma na continuidade de sua análise que a Geografia Física não constitui um todo e também não é parte de um todo. Sua indicação encaminha a discussão sobre a possibilidade do uso do conceito de Geossistema como passível de articulação dos elementos da natureza ao mesmo tempo em que aborda os limites deste conceito no campo da análise social. No Brasil temos em Monteiro (2000) a expressão máxima da geografia brasileira na constituição de uma perspectiva Geossistêmica diferenciada de Bertrand e articuladora dos constituintes naturais e sociais no tempo e espaço.

As dificuldades de percurso vivenciadas pela Ecologia que não se fortaleceu, no quadro científico, desde meados do século XIX até a segunda metade do século XX, e da Geografia que se mantém a partir da divisão em dois campos (Geografia Humana e Geografia Física) ao longo deste mesmo século, paradoxalmente, expressam uma posição contrária ao caráter da ciência dominante. Esta buscou ao longo da modernidade, conforme Latour (1984), purificar seu objeto. Geografia e Ecologia se colocaram como ciência das conexões. A Geografia como ciência das conexões entre natureza e sociedade e Ecologia como ciência das conexões entre os organismos vivos e seu meio. Nesse sentido pode se dizer que estes dois campos do conhecimento não conseguiram uma afirmação no conjunto das ciências puras durante o século XX.

São, entretanto, essas duas ciências que mais, recentemente, são resgatadas para veicular uma compreensão mais totalizante dos fenômenos contemporâneos. De um lado a Ecologia respondendo em parte pela demanda atual da sociedade: a questão ambiental. Nesse particular cabe ressaltar um novo campo da Ecologia, a denominada Ecologia de Paisagem (Zimmerer, 1984). Esta tem na sua origem a construção do conceito de clássicos da Geografia a exemplo do conceito de paisagem com base em Troll (1982). Ao resgatar o conceito de paisagem, a Ecologia se propõe a incorporar dimensões não tratadas em suas abordagens clássicas, entre elas, as que dizem respeito à espacialidade e às intervenções humanas.

Paradoxalmente, a Geografia, na intenção de construir um conhecimento articulador baseou-se no conceito de sistema. Este por sua vez proveniente da Biologia. Entretanto, a Geografia como ciência de valorização do espaço e das conexões entre os fenômenos, respondendo pela emergência da variável espacial na identificação

dos problemas sociais e ambientais tem na sua análise um diferencial em relação ao ecológico, seja na sua perspectiva clássica, seja na sua perspectiva mais recente.

Independentemente desta configuração ou da necessidade premente, no caso da Geografia, de um retorno à sua origem, a realidade científica ainda se coloca compartimentada. Em que pese toda a discussão contemporânea sobre a necessidade de valorização do espaço, de resgate das conexões e da articulação sociedade - natureza - cultura, a Geografia ainda se expressa dicotomizada. O esforço de unificação, portanto, está tão atual como sempre esteve no debate geográfico. As conexões são possíveis, são tangíveis, como o exemplo, trazemos um tema derivado de nossa experiência de pesquisa: o exemplo da Geomorfologia Urbana.

SÍTIO E PRODUÇÃO DA CIDADE

O sítio urbano constitui um conceito clássico da geografia urbana. Entende-se na sua construção original como o receptáculo, o local onde se assenta a cidade. Por longo tempo estudamos através deste conceito os elementos naturais sobre o qual uma cidade era produzida. Hoje poderíamos dizer que este conceito é pouco valorizado, entretanto, ele pode ser resignificado e ser compreendido como o espaço fisicamente produzido, as formas criadas e ser interpretado através dos processos envolvidos na produção da cidade.

As formas criadas a que nos referimos decorrem de processos de ordem natural e econômico-social. Os processos naturais são relativos à dinâmica da natureza modificada ou intensificada, nas cidades, pela materialidade construída. A dinâmica econômico-social é relativa aos processos que possibilitam a origem de novas formas de interface com a dinâmica da natureza, alterando-a.

A produção da cidade envolve, por sua vez, diferentes agentes: o setor público, o setor privado, em especial os agentes imobiliários, e a população representada pelas diferentes classes sociais, destacando-se os pobres e os excluídos como agentes de apropriação e construção do espaço urbano, em grande parcela, sem agenciamento público ou privado.

A produção do espaço urbano, portanto, não é harmônica, é contraditória, resulta de demandas específicas em conflito. Essas

demandas, de forma generalizada, podem ser indicadas como:

- O setor público, a quem cabe o planejamento da cidade sob os aspectos de infra-estrutura e serviços entre outros.

- Os agentes imobiliários, a quem cabe a produção dos espaços de moradia (aos segmentos com poder aquisitivo alto e médio e os realizam de acordo com suas demandas), comércio, produção industrial, cultural etc., no âmbito da apropriação e acumulação de capital.

- A população pobre, de baixa renda e de excluídos, a quem cabe produzir o espaço de moradia, por iniciativa própria e de acordo com suas condições.

Estas demandas e conflitos geram espaços de produção urbana diferenciados e recriam o sítio com a produção da cidade. Os exemplos, expressos na literatura e em particular nos estudos geográficos, são muitos. Apenas para citar alguns lembramos: a construção de aterros, a construção de túneis, os desvios de arroios e ou rios, a canalização/retilinização de arroios e rios, as modificações em orlas lacustres ou marinhas, o “engordamento” de praias, o aplainamento de áreas de dunas, entre outras.

Neste caso, formas criadas a partir da relação entre poder público e setor privado estão associadas a interesses relativos à melhoria da infra-estrutura urbana e/ou produção de espaços de residência, consumo e circulação, entre outros, para classes altas e médias.

Ao mesmo tempo em que esses espaços se produzem, também ocorrem ocupações irregulares, geralmente em áreas de planície de inundação e ou áreas de morros. As chamadas áreas de risco.

Disto resulta um novo sítio urbano, constituído de túneis, expansão de áreas planas por aterramento ou aplainamento, mudança na forma dos canais fluviais, soterramentos de cabeceiras fluviais, constituição de novas formas de relevo, como os morros (morretes) derivados da acumulação de lixo (a exemplo do Aterro da Zona Norte/Porto Alegre, feição geomorfológica elevada construída no interior da planície do rio Gravataí).

Hoje estas formas vêm sendo denominadas de tecnogênicas. São formas e ou depósitos resultantes da interação da dinâmica da natureza com a dinâmica social. Estas formas ainda são pouco estudadas no campo das Geociências. Mas, cada vez mais são observáveis e cada vez mais exercem rugosidades na produção do espaço. Constituem ao que se referiu Santos (1997) como próteses ou artificialidades.

Associados a estas formas e às alterações daí decorrente dos processos naturais, temos impactos ambientais significativos como: ilhas de calor, diminuição da insolação nas residências, poluição do ar, revestimento/impermeabilização de superfícies (asfaltamento) e em conseqüência alagamentos e ou sob outras intervenções os desmoronamentos, deslizamentos ou quedas de blocos etc.

Esta realidade exige estudos, compreensão/explicação e gestão. Portanto cabe fazer referência ao significado de gestão. Gestão pode ser entendida como uma dimensão do planejamento que deriva da desconstrução da idéia de planejamento centralizado, onde a estrutura de poder se estrutura de forma mais ampliada (relações de poder). Nesse contexto a gestão se utiliza de estratégias técnico-científicas. Trata-se de novas formas de promover a organização do território. Estas poderão se constituir em formas de planejamento democrático ou poderão ser a expressão das políticas de continuidade do poder instituído.

Por desconstrução do planejamento centralizado entende-se a busca de uma forma de planejar ampliada, e mais representativa, em relação aos diferentes agentes sociais, que poderá atingir um consenso em termos políticos a partir de uma construção mais alargada das relações de poder.

Essa forma de gestão demanda conhecimento prévio do problema, sustentado em diagnósticos técnico-científicos. Diz respeito à valorização do conhecimento técnico-científico como mediador das políticas de ordenação territorial. Aqui tem-se a possibilidade do trabalho do profissional da Geografia, a exemplo de suas atuações nos EIAs/RIMAS, Diagnósticos Ambientais, Pareceres Ambientais, Laudos Periciais Ambientais. Estes instrumentos constituem hoje fundamentos da gestão territorial, posto que constituem documentos com vistas a subsidiar tecnicamente a discussão política.

Propõem tomadas de decisão partilhada entre os diferentes segmentos sociais participantes dos comitês de gestão e ou orçamentos participativos...

Implicam em considerar os impactos ambientais e suas conseqüências à população envolvida. Indicam a necessidade de permitir o acesso, por exemplo, à cidade, à propriedade, à infraestrutura, aos serviços, à qualidade ambiental e ao bem estar social, considerando as demandas das populações envolvidas.

Este caminho, o da participação, é o mais controvertido e na maioria dos casos não temos necessariamente a população envolvida nas diferentes fases de implantação de um empreendimento. Os

instrumentos técnicos são, na grande maioria das vezes, os balizadores, por exemplo, de remoção de pessoas de uma área para outra, das desapropriações de terrenos, das revitalizações...

O exemplo das transformações do sítio não quer dizer que o único caminho de entendimento da cidade na busca de articulação seja este. Este exemplo diz respeito ao campo ambiental e expressa uma das formas, em que fica evidente a busca de articulação de diferentes constituintes do espaço geográfico. Este é também um indicativo da demanda contemporânea em pesquisa, daí acreditarmos na necessidade de re-ligação da Geografia.

Ao atentarmos para nossas práticas veremos que grande parte do conhecimento da natureza feita hoje se articula com a dinâmica social na busca da explicação dos impactos ambientais. Refletindo sobre nossa atividade tenho compreendido e neste sentido acompanho as idéias de Milton Santos. Em meu entendimento sob qualquer perspectiva, hoje, tratamos de natureza artificializada. Sob qualquer perspectiva, desde os diagnósticos, passando pelos monitoramentos e indicação de medidas mitigadoras, quando das análises ambientais estamos trabalhando a partir de uma artificialização. Está é expressão do nosso tempo. Resulta, portanto, necessário assumirmos esta discussão. (Suertegaray, 2005, p. 15-16).

POR QUE É NECESSÁRIO UNIR?

Tentando responder esta pergunta, resgatamos algumas reflexões para o conjunto da construção do conhecimento, portanto, é necessário unir porque vivemos um momento histórico:

- em que o Modo de Produção Capitalista e por extensão a cultura ocidental, ao separar o homem/sociedade da natureza e buscar purificar os objetos científicos, contribuiu para a verticalização do conhecimento, mas, ao mesmo tempo, promoveu a cegueira no âmbito das conexões.

- onde o descolamento da concepção de tempo em relação ao espaço promoveu a subordinação da natureza à lógica da reprodução do capital além da crença no desenvolvimento técnico-científico como possibilidade de recriação da natureza.

- onde a reinvenção técnica da natureza, que se manifesta nas sucessivas próteses construídas pelo mundo, os chamados objetos artificiais (a exemplo dos sítios urbanos), ou a segunda natureza, que, apresentando-se sob as mais variadas escalas indicam a necessidade de discussão sobre a relação natureza-sociedade, ou melhor dizendo, sobre a produção social da “natureza”.

E ainda, considerando-se que a separação entre homem e natureza constitui fundamento filosófico da filosofia judaico-cristã que sustenta o pensar e o agir do mundo ocidental, não constitui esta a única forma de reflexão e ação do homem em seu viver com a natureza. Esta evidência vem sendo resignificada sob a perspectiva de valorização das diferenças culturais, aceitando-se um pensar que relacione natureza e cultura.

No contexto atual este debate diz respeito à epistemologia científica, inúmeros são os intelectuais e cientistas que indicam a necessidade dessa conjunção; a Geografia, pela sua história e construção, deve estar presente nesse debate. Mas não só ao debate lhe cabe uma parcela. Sua tarefa maior é sem dúvida reunir seus fragmentos e construir-se unitária, objetivando desvendar as articulações não reveladas entre a natureza e a sociedade.

O CAMINHO DA UNIFICAÇÃO

A reunião dos fragmentos do ponto de vista científico vem sendo proposta em termos operacionais através de conceitos como interdisciplinaridade e transdisciplinaridade. A experiência interdisciplinar é algo complexo de realizar e internamente na geografia não é diferente. A transdisciplinaridade, em meu entendimento, seria um caminho possível, desde que entendida de forma diferente da forma concebida mais normalmente, ou seja, como transcendência.

A transdisciplinaridade a que me refiro significa mais do que o horizonte para além das disciplinas, ou a construção do objeto único, ou os múltiplos olhares sobre um mesmo objeto. A transdisciplinaridade que acredito ser possível trilhar na perspectiva de busca de articulação é por mim entendida como capacidade de trânsito, como possibilidade de cada um colocar-se no lugar do outro na busca da compreensão ampliada de sua disciplina. Neste sentido,

a capacidade de transitar pelos diferentes campos é algo a ser buscado. É condição para a construção do diálogo entre disciplinas e, mais particularmente, entre os fragmentos geográficos.

Costumo dizer que, ao investigador, nesse momento histórico, lhe cabe uma posição diferente daquela da modernidade, qual seja o centro de seu campo específico; as exigências de nosso mundo exigem uma posição diferente, ou seja, mais próxima da fronteira, posto que é na fronteira do conhecimento que os fenômenos se tornam híbridos.

Sob uma perspectiva conceitual, internamente à geografia, como o exemplo dado pelo conceito de sítio urbano, temos capacitação para realizar algumas conexões, promover a análise complexa, enquanto uma tecitura de constituintes naturais e humanos.

Entretanto, não nos libertamos, embora a busca de articulação, da filosofia norteadora de nossa cultura, aquela que pensa a natureza como externalidade. O fato de buscarmos a articulação não nos isenta de, ao propor restaurações, reconstituições e ou recuperações, almejarmos o domínio da natureza. Portanto, esta é em nosso entendimento a questão central, como já afirmou Leff (2001), a crise ambiental é uma crise do pensamento. Ele propõe recriar um saber ambiental que responda pelas necessidades atuais. Não é por outra razão que os geógrafos devem ser estimulados à reflexão.

O saber ambiental no âmbito geográfico nos permite, sob uma determinada perspectiva, promover as conexões. A experiência de construção ambiental tem demonstrado a possibilidade de pensarmos o espaço geográfico através do conceito de ambiente. Este constitui um conceito capaz de desvendar articulações, mas não é o único, dado que o espaço geográfico pode se manifestar pela ótica de outros conceitos como paisagem, território, entre outros.

Pensar o ambiente em Geografia é considerar a relação natureza/sociedade, uma conjunção complexa e conflituosa, que resulta do longo processo de socialização da natureza pelo homem. Processo este que, ao mesmo tempo em que transforma a natureza, transforma, também, a natureza humana. Ou seja, pensar o ambiente na Geografia e pensá-lo enquanto um processo de complexas mediações com significativas implicações na vida das pessoas em relação a suas condições fundamentais de existência. (Suertegaray, 2005, inédito).

Pensar o ambiente hoje é ir além do domínio técnico de intervenção, para, sem negá-lo, repensá-lo no âmbito de novas lógicas que se estruturam e dão suporte a uma visão de resgate do entendimento de espaço geográfico na sua unidade e nas suas diferentes variantes conceituais, na sua multiplicidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERTRAND, G. Paisagem e Geografia Física Global: um esboço metodológico. Cadernos de Ciências da Terra, São Paulo: IG/USP, nº 13, 1972.

BERTRAND, G. Construire la geographie physique. Hérodote. Écologies/ Géographie. Paris, France. 3º trimestre de 1982, p. 91-116.

DESCARTES, R. Discurso Sobre o Método. São Paulo: Hermus Editora Ltda, s/ data. 136 p.

DOLLFUS, O. L'ecologie est morte, vive L'écologie. Hérodote. Écologies/ Géographie. Paris, France. 3º trimestre de 1982, nº 26, p. 23-39.

LATOURET, B. Jamais Fomos Modernos. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994. 149 p.

LEFF, H. Epistemologia Ambiental. São Paulo: Cortez Editora, 2001. 240 p.

MONTEIRO, C. A. F. Geossistemas a história de uma procura. São Paulo: Editora Contexto, 2000. 127 p.

SANTOS, M. A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção. 2ª Edição. São Paulo: Editora Hucitec, 1997. 308 p.

SOTCHAVA, V. B. O Estudo de Geossistemas. Métodos em Questão nº 16, São Paulo, Instituto de Geografia, USP, 1977, p. 51.

SUERTEGARAY, D. M. A. Poética do espaço geográfico: em comemoração aos 70 anos da AGB. GEOUSP. Espaço e Tempo. Departamento de Geografia, nº 18. USP, São Paulo, 2005, p. 9-19.

TROLL, C. El paisaje geográfico y su investigación. In: MENDONZA, J. G.; JIMENEZ, J. M.; CONTERO, N. (orgs). El pensamiento geográfico. Estudio interpretativo y antología de textos (De Humboldt a las tendencias actuales). Madrid: Alianza Editorial, 1982.

ZIMMERER, K. S. Human Geography and The "New Ecology": the prospect and promise of integration. Annals of Association of American Geographers, vol. 84, nº 1, March of 1984.